

**Entre trabalhos de campo e campos de trabalho:
trajetórias, habilidades, desafios e possibilidades da atuação
do Antropólogo**

*Between Fieldwork and Fields of Work: trajectories, skills,
challenges, and possibilities of the Anthropologist's practice*

Hugo Virgilio de Oliveira

Universidade Federal Fluminense, UFF

Rio de Janeiro, Brasil.

ohugovirgilio@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-4934-8943>

Recebido em: 30 de abril de 2025

Aceito em: 08 de junho de 2025

Resumo

O artigo reflete sobre a autorrepresentação e a prática contemporânea da Antropologia no Brasil, contrastando suas origens coloniais/etnocêntricas com o engajamento político e temas atuais, bem como o descompasso entre a formação acadêmica e a profissionalização fora da universidade. O objetivo é discutir e aprofundar o uso das habilidades antropológicas em diversas frentes (tecnologia, mercado, governo, ONGs, etc.). A pesquisa utilizou entrevistas com profissionais, relatórios da ABA, análise curricular e experiência pessoal para explorar trajetórias e habilidades essenciais. Os resultados mostram a diversidade de atuação, trajetórias não lineares, a relevância de habilidades acadêmicas e extra-acadêmicas (muitas aprendidas na prática), e desafios de identidade e reconhecimento profissional. Conclui-se que a ampliação do campo é legítima para uma Antropologia engajada, exigindo diálogo contínuo entre universidade e mercado, adaptação e desenvolvimento de novas competências.

Palavras-Chaves: Antropologia; Profissionalização; Mercado de Trabalho.

Abstract

This article reflects on the self-representation of Anthropology and its contemporary practice in Brazil, contrasting colonial/ethnocentric origins with current political engagement and themes. It identifies the problem of the mismatch between academic training and extra-university professionalization, causing "unease," uncertainty, and the market's difficulty in valuing the field's contributions, alongside the lack of professional regulation. The central aim is to discuss and deepen the use of anthropological skills in multiple fields, such as technology, market, government, and NGOs. The methodology was based on a dissertation, employing interviews with professionals, ABA reports, curriculum analysis, and personal experience to investigate trajectories and essential competencies. Findings reveal the diversity of action, non-linear career paths, and the relevance of academic and extra-academic skills, many acquired through practice. Furthermore, challenges of professional identity and recognition are evident. It is concluded that the expansion of the field is legitimate for an engaged Anthropology, requiring continuous dialogue between university and market, adaptation, and the development of new competencies.

Keywords: Anthropology; Professionalization; Labor Market.

Introdução

O presente artigo busca refletir sobre a autorrepresentação da Antropologia, que muitas vezes ainda está baseada em sua origem prática colonial e etnocêntrica, em descompasso com a forma como é produzida atualmente, com maior engajamento político e temáticas voltadas para a própria sociedade contemporânea. A intenção é discutir e aprofundar estudos e relatos recentes que têm demonstrado como as habilidades antropológicas podem ser aproveitadas em diversas frentes, incluindo pesquisas de mercado, tecnologia, ciência de dados, experiência do usuário (UX), escrita, administração pública, empresas privadas, organizações não-governamentais (ONGs), patrimônio, assessoria política e a movimentos sociais, comunicação e design.

Tradicionalmente, a Antropologia é associada à pesquisa acadêmica e ao estudo de sociedades remotas, minorias marginalizadas ou grupos distantes, tem vivenciado um significativo alargamento de seu campo de atuação profissional no século 21. Desse modo, refletir sobre como a Antropologia está sendo inserida para além da academia, identificando os caminhos que profissionais com formação antropológica têm trilhado e as formas como a disciplina se faz essencial em novos contextos.

Apesar da crescente diversidade de atuação, ainda existe um "mal-estar" e um sentimento de incerteza entre a formação e a profissionalização da Antropologia. Isso se deve, em parte, ao fato de a maioria dos estímulos profissionais na área serem voltados para a carreira acadêmica - a qual não comporta a quantidade de egressos - e à dificuldade do mercado extra-acadêmico em compreender e capitalizar as contribuições teóricas e práticas das Ciências Sociais. Além disso, cabe aqui também o debate sobre os desafios, limites e impactos da Antropologia no Brasil ainda não ser uma profissão regulamentada. Isso significa que, a exemplo de advogados e médicos, qualquer pessoa pode se intitular antropólogo, e cargos que requerem especialidade em Antropologia podem ser ocupados por graduados em outras áreas, desde que possuam “experiência” na área.

Este texto, baseado na minha dissertação, busca explorar esses caminhos possíveis, partindo de uma investigação sobre o fazer antropológico e suas aplicações para além da universidade. A pesquisa foi impulsionada por uma disciplina cursada na Universidade de Brasília (UnB), também chamada “Antropologia e Mercado de

Trabalho”, que apresentava diferentes possibilidades de carreira extra-acadêmica. A partir disso, a pesquisa se desdobrou através de entrevistas e conversas informais com profissionais de diversas áreas, agregadas a relatórios da ABA, minha experiência pessoal no mercado fora da academia e outras etnografias. Com isso, procurei compreender as trajetórias, como a formação acadêmica contribuiu, e quais habilidades e conhecimentos foram essenciais para sua inserção e desenvolvimento profissional.

O foco aqui não é oferecer um "manual", mas sim reconhecer as possibilidades e observar como os conhecimentos antropológicos são acionados em diferentes contextos empregatícios. Neste artigo, pretendo explorar a diversidade de trajetórias, habilidades e atividades desenvolvidas por antropólogos em espaços extra-acadêmicos, a relação entre a formação universitária e as demandas do mercado, e os desafios de identidade e reconhecimento profissional. O objetivo é contribuir para o debate sobre as múltiplas formas de olhar a Antropologia hoje, enfatizando as trocas entre saberes acadêmicos e a prática profissional fora dos muros da universidade.

Entre a sala de aula e o mundo do trabalho

Após meu ingresso no curso de Antropologia, duas situações cotidianas ilustraram as expectativas sociais associadas à minha escolha acadêmica. A primeira ocorreu durante uma visita à casa de minha avó, em uma pequena cidade do interior de Minas. Ao me receber, ela fez questão de mostrar uma planta que havia brotado em seu quintal. Curiosa quanto à origem da espécie, comentou que estava ansiosa pela minha chegada com a expectativa de que, por estar estudando Antropologia, eu fosse capaz de identificá-la. Em outro episódio, um colega do curso de Letras, ao me encontrar casualmente na entrada do campus, compartilhou com entusiasmo sua participação em uma ação voluntária voltada à distribuição de alimentos e itens de higiene a pessoas em situação de rua. Por conhecer minha formação, afirmou que o projeto “tinha tudo a ver comigo”, pressupondo afinidade imediata entre a Antropologia e a assistência social.

De certo modo, tanto minha avó quanto meu colega de universidade não estavam completamente equivocados em suas expectativas. No entanto, a compreensão que demonstraram sobre o que fazem os antropólogos está distante das formas pelas quais a disciplina se define e se pratica. De fato, antropólogos podem possuir

conhecimentos sobre botânica ou participar de ações sociais, mas essas atividades não se definem, em si, como antropológicas.

De forma ampla, a Antropologia se insere e circula em distintos espaços sociais, sendo praticada de formas variadas e situada em contextos diversos. A disciplina pode se voltar tanto para os centros de poder quanto para suas margens (Nader, 2020; Castilho; Lima; Teixeira, 2014); ser realizada a partir da imersão em comunidades locais, próximas ou cotidianas (Magnani, 2002); operar em diferentes regiões do globo, incluindo tanto o Norte quanto o Sul Global (Rosa, 2014; Santos, 2009); e se desenvolver em cenários de adversidade (Fleischer; Bonetti, 2007; Ribeiro et al., 2017). Pode ainda ocorrer em ambientes familiares (Velho, 1987), no espaço virtual, em arquivos, ou na análise de documentos e patrimônios imateriais (Leitão; Gomes, 2017; Segata; Rifiotis, 2016; Titonelli, 2017; Teixeira; Castilho, 2020), entre inúmeras outras possibilidades. A partir dessa diversidade, evidencia-se o caráter contextual, abrangente e potencialmente criativo da Antropologia.

Quando falamos mais especificamente sobre o campo de atuação fora das universidades, o tema recebe denominações como "extra-acadêmico" (Fonseca, 2004), cenários de "profissionalização" (Ribas, 2021; Fleischer, 2017) e "mercado de trabalho" (ABA, 2018). Independentemente do termo, o importante é refletir sobre as possibilidades para os estudantes, que se encontram cada vez mais aflitos.

Tradicionalmente — e também segundo dados recentes —, a atuação profissional em Antropologia tem sido associada a temáticas relativas a povos tradicionais, grupos marginalizados ou ao exercício da docência, como indicam estudos da Associação Brasileira de Antropologia (Trajano Filho; Ribeiro, 2004; Simião; Feldman-Bianco, 2018). Ao mesmo tempo, esses mesmos estudos também apontam para o surgimento de novas possibilidades e tendências no campo de atuação profissional da Antropologia. Entre os espaços destacados, estão a administração pública, empresas privadas, organizações não governamentais (ONGs), instituições de ensino superior, institutos de pesquisa, setores vinculados ao patrimônio cultural, assessorias políticas e a movimentos sociais, bem como áreas como comunicação, design e diferentes formas de prestação de serviços. Tais dados revelam a crescente

inserção de antropólogos em contextos diversos, evidenciando o caráter multifacetado da disciplina e sua capacidade de dialogar com múltiplos campos profissionais.

Ainda assim, os sentimentos de angústia e incerteza entre a formação universitária e a inserção no mercado de trabalho são experiências recorrentes entre estudantes e egressos da área. Diversos autores recentemente têm chamado atenção para essa problemática (Ribas, 2021; Fleischer, 2017; Simião; Feldman-Bianco, 2018; Yung, 2013; Araujo, 2021), que está frequentemente associada à busca por melhores condições de vida por meio da educação formal — preocupação especialmente presente entre os jovens, como discutem Araujo (2021) e Yung (2013). De acordo com esses autores, a dedicação aos estudos emerge como prioridade em muitos contextos sociais, sendo percebida como via possível para a qualificação profissional e, conseqüentemente, para a ascensão social. Entretanto, em situações em que a educação não ocupa lugar central nas dinâmicas familiares, o trabalho tende a assumir esse papel, respondendo de forma imediata às demandas de subsistência (Yung, 2013).

Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), citados por Yung (2013), os jovens constituem um dos grupos mais vulneráveis aos impactos da crise econômica, com taxas de desemprego que superam significativamente as dos adultos. Além disso, a transição da formação para o mercado de trabalho é dificultada por fatores como: instabilidade econômica, escassez de oportunidades, ausência de experiência prévia, custos trabalhistas, e um descompasso entre a formação oferecida pelas instituições de ensino superior e as exigências do mercado. Muitos empregadores consideram que os egressos chegam despreparados às demandas profissionais, percepção que é compartilhada pelos próprios estudantes (Araujo, 2021).

Quando situamos esse panorama no campo das Humanidades e, mais especificamente, da Antropologia, as tensões se tornam ainda mais visíveis. Isso porque, historicamente, grande parte dos estímulos e oportunidades na área está direcionada à carreira acadêmica, a qual, atualmente, não é capaz de absorver a crescente quantidade de profissionais formados (Trajano Filho; Ribeiro, 2004; Simião; Feldman-Bianco, 2018; Fleischer, 2017). Essa realidade evidencia ainda mais as incertezas que ainda envolvem a profissionalização da Antropologia.

Todo esse contexto se confirma quando vamos analisar a evolução das grades curriculares ao longo dos anos. Segundo Guita Debert (2004), em um primeiro levantamento sobre as disciplinas de Antropologia dos principais cursos acadêmicos da época, podemos esquematizar-las em quatro grandes grupos:

O primeiro é composto pelas chamadas disciplinas "absolutamente consagradas", presentes em todos os programas e consideradas essenciais para a formação do antropólogo, como os estudos de etnologia e parentesco, bem como as análises teóricas e históricas da Antropologia.

O segundo grupo abrange as disciplinas "já tradicionais", ainda relevantes em determinados núcleos, mas que começam a desaparecer de outros, a exemplo disciplinas como Antropologia Jurídica, das Religiões e da Saúde.

O terceiro grupo diz respeito às disciplinas "emergentes", que apontam para a ampliação do escopo temático da Antropologia, especialmente em direção a temas vinculados à arte e à teoria literária, como imagem, performance, literatura e música, e que passam a ter presença significativa em diversos programas.

Por fim, Debert identifica um quarto grupo de disciplinas "em queda livre", que permanecem formalmente nos currículos, mas são raramente ofertadas, seja por terem perdido centralidade, sido renomeadas, ou por não corresponderem mais às demandas contemporâneas da área, como é o caso da Antropologia Rural ou dos estudos sobre Cultura Popular (Debert, 2004).

Em seguida, quase duas décadas depois, ao realizar uma análise similar a de Debert, Trajano Filho (2018) chama atenção para a escassa renovação temática nas disciplinas ofertadas pelos programas de pós-graduação em Antropologia. Segundo o autor, a permanência de um modelo curricular semelhante ao dos anos anteriores pode ser explicada tanto pela origem comum de muitos desses programas quanto pelas dinâmicas de avaliação institucional. Em sua análise, observa-se uma uniformidade expressiva nas disciplinas obrigatórias e nas ementas de cursos ofertados, o que limita a diversidade formativa. O autor argumenta que essa homogeneidade reflete um processo de reprodução institucional ancorado em lógicas genealógicas e miméticas, em que os

programas se vinculam entre si por “consanguinidade social” ou por “afinidade”, resultando em um padrão que se perpetua por meio da imitação.

No mesmo caminho, Márcia Anita Sprandel e Henyo Trindade Barretto Filho (2018) observam a ausência significativa de disciplinas voltadas à realidade profissional contemporânea da Antropologia. Segundo os autores, é notável a carência de componentes curriculares que abordem, por exemplo, a produção de laudos antropológicos e as discussões éticas na pesquisa aplicada. Em um mapeamento dos programas, identificaram-se apenas quatro menções a disciplinas optativas sobre “Laudos Antropológicos” em cursos de mestrado — duas das quais também ofertadas no doutorado — e uma única referência a “Ética em Antropologia”, também como disciplina optativa. Esses dados indicam que, embora existam iniciativas pontuais, elas ainda são insuficientes diante das demandas de formação mais alinhadas às transformações do campo e às novas possibilidades de atuação profissional.

Diante desse panorama, torna-se evidente o desencontro entre a formação acadêmica e a inserção profissional dos antropólogos. Essa dificuldade, especialmente relacionada à aplicação prática das competências adquiridas em contextos fora do ambiente acadêmico e científico, está intrinsecamente ligada a lacunas estruturais na formação antropológica que apontam a existência de um distanciamento entre a formação oferecida e o exercício de atividades profissionais que extrapolam a carreira acadêmica tradicional. Maia (2023) ressalta, nesse aspecto, a relevância das empresas juniores como espaços de experimentação e qualificação para o mercado de trabalho, sobretudo para aqueles que pretendem atuar além dos limites da academia. A necessidade de incorporar práticas profissionais mais aplicadas à formação universitária é corroborada por diversos relatos e evidências (Ribas, 2021; Yung, 2013; Araujo, 2021; Trajano Filho; Ribeiro, 2004; Simião; Feldman-Bianco, 2018), que destacam essa demanda tanto como uma resposta às exigências do mercado quanto como um objetivo manifesto dos próprios estudantes em busca de maior empregabilidade e inserção social.

Diversidade de trajetórias e campos de atuação

O objetivo inicial da minha pesquisa sempre foi conhecer antropólogos que trabalhavam profissionalmente fora do meio acadêmico e entender a dinâmica dessa atuação, os espaços em que ocorria e suas principais funções. Contudo, ao longo do

processo de estabelecimento de relações com meus interlocutores, o campo me apresentou uma dinâmica diferente. Uma das maiores dificuldades em discutir o mercado de trabalho da Antropologia, independentemente do nível de abrangência do tema, é não esbarrar na profissionalização e formação de outras áreas e cursos das humanidades, como Sociologia, Ciência Política, Filosofia e Ciências Sociais:

Apesar de objetivos diferentes, essas áreas estão intimamente ligadas de diferentes formas como uma espécie de teia: graduados em Sociologia, com pós-graduação em Antropologia, mas que exercem funções relacionadas à Ciência Política; Acadêmicos de Filosofia que fazem uso de métodos e técnicas de pesquisa em Antropologia e diversas outras combinações e formatos possíveis. Isso tudo, sem mencionar ainda os profissionais que são de outras áreas mais afastadas das humanidades e que buscam se especializar no campo das humanidades. Oliveira, 2024

Durante as entrevistas, observei que as trajetórias dentro dessas disciplinas não são lineares. Muitos dos interlocutores vieram de outras áreas de formação, impulsionados pela necessidade profissional de entender o "outro". Esse foi o caso de Hugo, professor universitário e Designer de Produto, e Felipe, que trabalha em uma empresa de jogos. Felipe, por exemplo, formou-se primeiro em Relações Internacionais com foco no mercado, mas sentia falta de uma "pegada mais humana" e da compreensão do comportamento das pessoas e da sociedade, o que o levou a fazer ciências sociais em seguida e se apaixonar pelo curso.

No mesmo caminho, Juliane, Raquel e Michelli, que trabalham com estudos de tendência e inovação na indústria, relataram que as ciências sociais emergiram como um campo de estudo necessário para trabalhar temáticas complexas dentro de seus contextos profissionais, embora não fossem suas primeiras graduações. Raquel sentia falta de temáticas estruturantes capazes de analisar questões sociais com mais profundidade, resolvendo avançar para a graduação em Ciências Sociais.

Eu, como várias antropólogas, não fiz minha graduação nas ciências sociais. Meu encontro com elas se deu pelo desejo de exercer a docência. [...] A partir da minha formação nas ciências sociais, eu contribuo para realizar especialmente as pesquisas qualitativas [...] , por intermédio da minha formação na comunicação social, eu colaboro na redação, edição e revisão dos textos dessas pesquisas (Entrevista com Juliane)

Eu sou graduada em economia, mestre em sociologia e doutora em ciência política. [...] eu acabei me tornando analista da instituição, e descobri um novo campo de pesquisa, uma nova área de interesse, que era a política e o desenvolvimento industrial.(Entrevista com Michelli)

As ciências sociais emergiram como um campo de estudo necessário para eu trabalhar temáticas complexas dentro do meu contexto profissional, porém elas não foram a minha primeira graduação. [...] eu sentia falta de temáticas estruturantes que dessem conta de analisarem, em profundidade, questões sociais complexas e, nesse sentido, eu resolvi avançar para uma graduação de ciências sociais. (Entrevista com Raquel)

As trajetórias profissionais de antropólogos que atuam fora da academia raramente são lineares. Profissionais vêm de diversas formações de graduação, incluindo Ciências Sociais, Design de Produto, Economia e Comunicação Social, encontrando a Antropologia em etapas posteriores de suas carreiras ou formação. Essa interdisciplinaridade e multidisciplinaridade garantem maior acesso e contato com a diversidade cultural, social e profissional, permitindo a adaptação a diferentes contextos. Isso reforça como o campo de atuação profissional tem se mostrado vasto.

Nesse contexto, somos levados ao debate sobre a profissionalização da Antropologia no Brasil que envolve uma série de tensões que remetem à ausência de regulamentação formal da carreira. Ao contrário de profissões como Economia, cuja atuação está condicionada à formação específica de nível superior, a Antropologia pode ser exercida por indivíduos com diferentes trajetórias formativas, inclusive sem graduação na área. Como destaca Oliven (2004), essa característica confere certa abertura ao campo, permitindo que pessoas de distintas áreas do conhecimento adentrem a Antropologia pela via da pós-graduação, o que reforça a natureza interdisciplinar e a flexibilidade epistemológica da disciplina. No entanto, essa ausência de parâmetros legais também gera implicações importantes do ponto de vista institucional: a falta de reconhecimento jurídico específico limita garantias trabalhistas, dificulta a concorrência por cargos públicos e fragiliza a posição dos antropólogos em contextos profissionais disputados com outras áreas.

Essas questões evidenciam não apenas a pluralidade de caminhos formativos e de atuação possíveis no campo antropológico, mas também os desafios em estabelecer uma identidade profissional coesa e reconhecida socialmente. O debate em torno da regulamentação da profissão, ainda que não seja consensual, revela o quanto a Antropologia se encontra num espaço liminar entre tradição acadêmica, diversidade de práticas e fragilidade institucional, especialmente em espaços fora da universidade.

Habilidades antropológicas e sua aplicação no mercado

Nesse cenário, refletir sobre como se formam os antropólogos — e sobre quais competências são priorizadas ou negligenciadas — torna-se um aspecto central para compreender os desafios contemporâneos da área. A base da atuação do antropólogo, dentro ou fora da academia, reside na capacidade de entender "o outro", seus sentidos, motivações, comportamentos e significados. Essa habilidade, fundamental para a compreensão de contextos sociais complexos, é de interesse em diversos campos profissionais. A metodologia antropológica, incluindo a etnografia e o trabalho de campo, a história oral, entrevistas e análise de documentos, oferece ferramentas robustas para a pesquisa qualitativa.

Contudo, fora da academia, o foco principal não é apenas o fim científico, social ou político, mas a busca por objetivos, produtos e serviços mais aplicados. É preciso traduzir os conhecimentos adquiridos em ações concretas e soluções de impacto, como aumentar vendas, compreender comportamento de consumidores, desenvolver políticas públicas, criar produtos, desenvolver programas sociais ou administrar conflitos. Isso exige, além das habilidades tradicionalmente acadêmicas, o desenvolvimento de competências que podem ser classificadas como "extra-acadêmicas", como: assessoria executiva, empreendedorismo, gestão (financeira, pública, de pessoas), consultoria em cultura organizacional, pesquisa de mercado, análise de cenários políticos e de decisão, análise de risco e familiaridade com ferramentas de dados e monitoramento.

A escrita e a leitura, essenciais na formação acadêmica, continuam cruciais para produzir relatórios, apresentar resultados e comunicar o trabalho realizado no ambiente profissional. A capacidade de traduzir, interpretar e lidar com informações é uma habilidade valorizada pelo mercado, mesmo que nem sempre os próprios cientistas sociais a valorizem adequadamente. O domínio de dados quantitativos e análises estatísticas, embora nem sempre amplamente explorado na formação tradicional, também se mostra relevante em algumas atuações:

Construir cenários envolve uma série de atividades, como uma pesquisa bastante ampla sobre o estado da arte, da produção científica na área em que você está pesquisando, mas também inclui, por exemplo, **acompanhar o que todos os atores daquele campo de estudo estão fazendo naquele momento atual, como eles se movimentam, se articulam, fazem alianças, negociam, divergem.** (Entrevista com Juliane)

Mas é preciso se atentar para **“Tudo bem, eu descobri isso sobre um determinado grupo de consumidores ou empresa. O que você deve fazer então?”**. [...] Então, não faço simplesmente a pesquisa, eu indico o que fazer, como falar, inclusive em experiências eleitorais para a presidência, no sentido de que “leia, olhe para a câmera, pare de rir muito”, e colocar frases emblemáticas que saem dos grupos focais (Entrevista com Hilaine)

De tempos em tempos nós fornecemos relatórios para nossa diretoria, com dados, informações sobre o comportamento da conjuntura, implementação de políticas públicas, por exemplo, ou desenvolvimento de ciência e tecnologia e inovação, ou simplesmente com alguns dados econômicos, em relação a PIB, trabalhadores, nível de produção, investimento etc. **Acho que é importante dizer que essas diversas atividades requerem diversas técnicas e metodologias de pesquisa, sejam elas primárias ou secundárias, então, as ciências sociais acabam me ajudando, como profissional, a ser mais criativa no desenvolvimento dessas diversas ferramentas.** (Entrevista com Michelli)

Eu atuei a maior parte com outras empresas, atuando em projetos de inovação, principalmente pelo viés do design e da pesquisa, **sempre atuando com pesquisa, seja de produto, de consumo, de inovação, mas sempre a pesquisa qualitativa.** Esse é o meu campo. (Entrevista com Hugo)

É exigido de nós, enquanto cientista social que trabalha, seja numa ONG, seja no governo, que a gente consiga **escrever projetos de pesquisa, captar recursos para projetos de pesquisa, comunicar sobre aquele projeto, sobre a implementação de um projeto, que consiga também pensar sobre os indicadores de monitoramento e avaliação** de um determinado projeto ou de uma determinada política pública em que estamos inseridos. (Entrevista com Haydée)

Além disso, profissionais que atuam fora da academia frequentemente relatam que muitas habilidades foram adquiridas ou aprimoradas através da experiência prática e do "aprender fazendo". Isso sugere que, embora a formação acadêmica forneça a base, a adaptação e o desenvolvimento contínuo de habilidades são essenciais para o sucesso em campos extra-acadêmicos. Esquemáticamente, podemos organizar essas atividades entre acadêmicas e extra-acadêmicas:

Tabela 1 – Habilidades Acadêmicas vs Extra-Acadêmicas

Habilidades Acadêmicas	Habilidades Extra-Acadêmicas
Experiência em história oral	Assessoria Executiva
Conhecimentos em pesquisa, incluindo métodos qualitativos e quantitativos	Empreendedorismo
Capacidade de traduzir, interpretar e lidar com informações	Conhecimento em operar Excel
Apresentação de Resultados e Recomendações;	Familiaridade com ferramentas como Power BI
Etnografia e Observação Participante	Big data e analytics
Planejamento e organização	Testes com usuários (surveys, entrevistas, testes de usabilidade)

Redação e edição de textos	Benchmarking
Etnografia em ambientes digitais	Desk Research
Desenho de pesquisa	Matriz CSD
Elaboração de notas e pareceres técnicos	Card Sorting
Geração de informações e conteúdo	Consultoria em mídias sociais
Fluência em outro idioma	Marketing digital
Comunicação eficaz, tanto oral quanto escrita	Análise estatística
Capacidade de networking e relacionamento interpessoal	Trabalho com plataforma SPSS (software estatístico)
Geração de insights	Estudos prospectivos e de tendências
	Geração de relatórios de mensuração de métricas e indicadores de interação em redes sociais
	Interpretação e análise de dados acumulados ao longo do tempo e em diferentes áreas de atuação dos clientes
	Trabalho com emendas parlamentares
	Acompanhamento da execução de emendas nos ministérios
	Apresentação de projetos para parlamentares
	Utilização de recursos tecnológicos para análise de cenários diversos
	Conhecimento teórico sobre políticas públicas e atividades nas áreas de Museologia e Cultura
	Gestão (financeira, pública, de pessoas...)
	Capacidade de elaboração, análise e gestão de projetos sociais
	Conhecimento em monitoramento e avaliação de projetos sociais
	Habilidade em consultar e manejar bases de dados
	Consultoria em Cultura Organizacional
	Pesquisa de mercado
	Análise de cenários políticos e de decisão
	Análise de risco
	Conhecimento sobre políticas públicas e processos legislativos

Fonte: Oliveira (2024), p. 41-42

As chamadas "habilidades acadêmicas", isto é, aquelas adquiridas ao longo da formação universitária, costumam estar associadas a uma imagem clássica do antropólogo: o pesquisador que realiza trabalho de campo com populações culturalmente distintas da sua. No entanto, quando se observa o exercício da profissão fora dos espaços acadêmicos, torna-se evidente a presença de demandas que exigem outras competências, nem sempre contempladas e valorizadas no percurso formativo. É o caso de análise de dados quantitativos, realização de estudos estatísticos ou o desenvolvimento, gestão e monitoramento de projetos.

A diferença fundamental entre essas abordagens, dentro e fora da academia, está relacionada aos propósitos que orientam a prática antropológica. No ambiente universitário, o objetivo tende a ser o avanço do conhecimento científico; em outros contextos, como o mercado, a aplicação prática dos saberes antropológicos muitas vezes se volta à geração de valor econômico, à resolução de problemas específicos ou à mediação entre distintos agentes sociais. Essa distinção aponta para a necessidade de repensar a formação antropológica, ampliando seus horizontes sem comprometer seu rigor teórico-metodológico.

Identidade, pertencimento e reconhecimento

Dado esse contexto, é impossível não falar sobre identidade profissional e o seu impacto nas expectativas e desenvolvimento de carreira dentro da área. Trata-se de uma questão central para quem é “de humanas”, especialmente em espaços onde o reconhecimento formal da profissão é ambíguo. Antropólogos frequentemente precisam explicar o que fazem. Existe um estranhamento e a marcação das diferenças por parte de pessoas de fora da área, o que pode gerar estereótipos e dificultar o reconhecimento das habilidades profissionais.

A identidade, conforme destaca Barth (2005), é um fenômeno sempre circunstancial e em constante transformação. Ainda que grupos étnicos apresentem grande diversidade, essa variação se constitui a partir de padrões recorrentes moldados

por eventos sociais, sistemas simbólicos, religião, política, mídia, entre outros fatores. Para o autor, a identidade étnica surge no contato com a alteridade, ou seja, com aquilo que é diferente de nós, e é esse contraste com o "outro" que permite afirmar o "nós". Assim, o processo de construção identitária não é fixo nem universal, mas profundamente situado nas condições sociais em que se realiza.

Quando se trata de pertencimento e reconhecimento, autores como Halbwachs (2004) e Bourdieu (1986) sublinham a importância das relações sociais, da memória coletiva e da coerência narrativa. Para eles, a identidade é também o resultado de trocas simbólicas, em que histórias de vida, lembranças e experiências ganham sentido na medida em que são compartilhadas e reconhecidas por outros. Essa construção narrativa da identidade reforça tanto a individualidade quanto o senso de coletividade, contribuindo para a organização simbólica e social de um grupo.

Dessa forma, refletir sobre o trabalho do antropólogo exige considerar também como se constroem as noções de identidade, pertencimento e reconhecimento profissional. Identidade, aqui, envolve a articulação entre habilidades e funções desenvolvidas em múltiplos campos de atuação; pertencimento refere-se ao sentimento de integração e validação dentro de comunidades profissionais; e reconhecimento está relacionado à legitimação do trabalho por instituições, outras áreas do conhecimento e possíveis processos de regulamentação. Esses três elementos são fundamentais para entender os desafios da atuação antropológica para além do meio acadêmico.

Apesar dessas dificuldades, há uma noção comum entre os profissionais da Antropologia sobre o que é e o que faz um antropólogo: entender, dialogar e interpretar o "outro". A partir dos relatórios da ABA e outras bibliografias (Rocha, 1984; Kant de Lima, 1997; Ingold, 2019; Geertz, 1989) é possível identificar aspectos que convergem no entendimento sobre "ser antropólogo": trabalho de campo, relatórios, laudos, expedições e outros itens. Essa identidade é construída progressivamente durante a formação e a atuação. A noção de pertencimento a uma comunidade profissional, com suas trocas e socialização, também é fundamental. A validação dos pares e o envolvimento com a comunidade profissional são importantes para o reconhecimento enquanto parte do grupo:

Esse reconhecimento se mostra como estruturado das identidades dos sujeitos, se são notados e valorizados ocorre, então, a apropriação de uma identificação própria enquanto trabalhadores. Em suma, é possível afirmar que essas representações traçadas sobre o trabalho permitem que esses jovens se sintam inseridos socialmente. (YUNG, 2013)

Com isso, ao evoluirmos a discussão para tratar sobre pertencimento, entende-se que é um traço marcante da maioria das sociedades e, no caso dos antropólogos, isso se evidencia tanto em suas práticas de pesquisa quanto nas trocas profissionais. Barth (2005) destaca a relevância da socialização e da circulação de saberes dentro de grupos sociais, enfatizando que elementos culturais são diferencialmente distribuídos e compartilhados entre indivíduos e coletividades. Nesse sentido, ser antropólogo envolve também fazer parte de redes sociais e institucionais que moldam não apenas a atuação profissional, mas também a própria constituição da identidade desses sujeitos.

Durante as entrevistas realizadas, ficou evidente que o vínculo com instituições acadêmicas representa um aspecto central para o sentimento de pertencimento e reconhecimento profissional, seja por meio de cursos de pós-graduação, participação em eventos, ou integração em grupos de pesquisa. As trajetórias formativas foram frequentemente mobilizadas pelos interlocutores como forma de apresentar-se e validar sua identidade como antropólogos, revelando o papel estruturante da universidade na constituição de narrativas identitárias. Tal dinâmica dialoga com o que propõe Bourdieu (1986) ao analisar como a autobiografia organiza simbolicamente as experiências e confere coesão às trajetórias de vida.

sou graduada em História pela Universidade Federal de Ouro Preto, especialista em História da Ciência pela UFMG e mestre em Ciências Sociais, na linha de antropologia, cultura, identidades e modos de vida na PUC Minas (Entrevista com Bianca)

Eu sou graduada em ciências sociais pela UFRJ [...] Depois disso, eu iniciei um mestrado em estudos populacionais e pesquisas sociais do IBGE, um mestrado interdisciplinar, onde você estuda estatística social, demografia e questões territoriais. [...] eu não concluí a minha dissertação no IBGE, que era sobre o terceiro setor no Brasil, mas eu fui muito bem aceita pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense, a minha casa. (Entrevista com Hilaine)

Sou bacharel em ciências sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. [...] Foi quando eu soube do curso de especialização em segurança pública e justiça criminal e fui para a UFF [...] Me formei em 1999, em 2000 eu ingressei nesse curso, terminei em 2001, em 2002, na mesma universidade, eu fiz o mestrado em

antropologia, e no ano de 2004 eu ingressei no doutorado, também em antropologia, na Universidade Federal Fluminense, e concluí em 2009. (Entrevista com Haydée)

Além da formação técnica, o reconhecimento pelos pares aparece como uma dimensão fundamental da identidade profissional. Conforme aponta uma das entrevistadas, não há antropologia praticada de forma isolada: é necessário participar de redes de interlocução para que o trabalho seja legitimado, tanto dentro da área quanto em outros campos. A Associação Brasileira de Antropologia, por exemplo, com seus eventos periódicos, representa um espaço importante de sociabilidade e validação profissional. Assim, o pertencimento não é apenas simbólico, mas se concretiza em espaços e práticas que reforçam a identidade coletiva da profissão.

Essa noção de pertencimento pode ser compreendida a partir dos conceitos propostos por Magnani (2002) no estudo das dinâmicas urbanas. Ao discutir as ideias de “pedaço” e “mancha”, o autor mostra como identidades sociais são construídas por meio da convivência e do reconhecimento mútuo em territórios específicos:

O conceito de "pedaço" envolve tanto elementos físicos, como um território definido, quanto aspectos de sociabilidade, incluindo redes de relações e padrões de comunicação e identidade. Para ser parte de um "pedaço", não basta apenas frequentá-lo; é necessário ser reconhecido pelos outros membros, estabelecer laços definidos e participar ativamente da comunidade.

Já as "manchas" representam espaços onde diferentes "pedaços" se encontram e funcionam como pontos de referência para pessoas de diversas origens e identidades. Esses locais amplos servem como centros para atividades como lazer, acesso a serviços públicos e educação, desempenhando um papel importante na vida urbana. (Oliveira, 2024)

Analogamente, podemos pensar a profissionalização da antropologia como uma “mancha” que agrega diversos “pedaços” — trajetórias múltiplas, formações variadas, inserções diversas — que se conectam por meio de práticas comuns e sentidos compartilhados sobre o “ser antropólogo”. Assim, a identidade profissional emerge no cruzamento entre experiências individuais, sociabilidade coletiva e pertencimento a um campo de atuação.

A Antropologia é marcada por uma grande diversidade teórica e metodológica, mas um ponto parece gerar consenso entre os antropólogos: a centralidade do estranhamento e da marcação das diferenças. Ao contrastar os clássicos trabalhos de campo com as abordagens contemporâneas, nota-se um distanciamento significativo em relação à forma como essas categorias eram tratadas. Ainda hoje, existe um

descompasso entre a imagem popular da Antropologia — muitas vezes enraizada em perspectivas etnocêntricas e coloniais — e o que se propõe como prática antropológica atual, comprometida com engajamento político, participação social e valorização das narrativas locais (Oliveira, 2009):

A minha hipótese é que este mal-estar resulta de uma espécie de “cultural lag” entre as práticas concretas de investigação e as auto-representações da disciplina, entre o cotidiano da pesquisa e o discurso normativo que dirige a formação de novos antropólogos. As autorepresentações da disciplina caminham muito mais devagar do que as alterações adaptativas registradas no interior da prática concreta das pesquisas antropológicas. (Oliveira, 2009)

Esse “mal-estar” epistêmico remete às origens da disciplina e continua a reverberar, especialmente entre aqueles comprometidos com epistemologias críticas. Rosa (2014) aponta que muitos pesquisadores sentem desconforto diante das raízes colonizadoras de diversos campos do conhecimento, frequentemente construídos à revelia de saberes tradicionais. No trabalho de campo, esse histórico se traduz em resistência e desconfiança por parte dos interlocutores, gerando acusações como espiões, invasores ou mentirosos (Zenobi, 2010; Ingold, 2019; Berreman, 1990; Moreno, 2018). Esses episódios revelam tensões entre o fazer antropológico e as expectativas dos sujeitos pesquisados, evidenciando a complexidade da inserção do antropólogo em contextos de alteridade.

Além disso, essa disparidade também se reflete em outros contextos além dos coloniais. Conforme aponta Yung (2013), o percurso de consolidação das Ciências Sociais - no Brasil e no Mundo - ocorreu em um contexto histórico em que áreas como Engenharia, Medicina e Direito detinham maior legitimidade social e visibilidade prática, o que influenciou diretamente o lugar marginal que as Humanidades passaram a ocupar no imaginário coletivo (Yung, 2013). Desse modo, a dificuldade em identificar de forma objetiva o “produto” profissional dos cientistas sociais gerou um campo de atuação menos nítido e, por consequência, mais vulnerável às incertezas e disputas por reconhecimento.

Com isso, a formação em Ciências Sociais, embora marcada por habilidades valiosas como análise crítica, escrita propositiva, compreensão da alteridade e interpretação de fenômenos sociais complexos, ainda não garante, por si só, reconhecimento imediato no mercado. Como mostram Ribas (2021) e Yung (2013), estudantes relatam dúvidas recorrentes quanto às possibilidades de atuação profissional,

em grande parte pela dificuldade em relacionar a formação com funções concretas valorizadas socialmente. Assim, a construção da identidade profissional está intimamente ligada ao reconhecimento social do trabalho exercido.

Conforme também analisa Yung (2013), o sentimento de pertencimento e a apropriação de uma identidade como trabalhador surgem a partir da valorização simbólica e prática de suas competências. O acesso ao consumo, à ocupação de um lugar na sociedade e à construção de status são dimensões que atravessam a experiência do trabalho como elemento estruturante da vida social e pessoal. Esse contexto reforça essa demanda por reconhecimento que aparece nas vozes dos estudantes de Antropologia entrevistados por Yung (2013), que expressam o desejo de ver seu trabalho valorizado pela academia, pela sociedade e pelo mercado.

Portanto, pensar a atuação profissional em Antropologia e nas Ciências Sociais não pode ser desvinculado de reflexões sobre identidade, reconhecimento e práticas formativas. A ampliação de espaços de inserção para esses profissionais requer não apenas iniciativas institucionais, mas também um esforço coletivo de reconfiguração simbólica sobre o que significa “ser” cientista social na contemporaneidade — um profissional capaz de traduzir a complexidade do social em diferentes linguagens, contextos e interlocuções.

Com isso, é possível notar que a entrada da Antropologia em instituições como o setor público, ONGs e empresas provoca não apenas desconfortos, mas também transformações. Bonetti (2004), por exemplo, narra sua atuação em uma ONG como marcada pela introdução constante de interrogações, o que lhe rendeu o apelido de “Grilo Falante”, metáfora que evidencia a inquietação epistemológica característica do trabalho antropológico. Fleischer (2017) relata o caso de uma antropóloga que, atuando no Ministério da Saúde, optava por não se apresentar inicialmente como tal, a fim de evitar estigmas que poderiam comprometer sua inserção. Além disso, em outra oportunidade, reforço como a identidade e o reconhecimento do antropólogo é acionado de diferentes maneiras, em diferentes contextos e por diferentes interlocutores:

Ao longo do próprio trabalho de campo o nosso trabalho é acionado por nossos interlocutores de diferentes maneiras: professor, pesquisador, fotógrafo, advogado, convidado, jornalista, estagiário, espião e muitas outras maneiras (BARRETO, 2017; MEDEIROS, 2018; CHAGAS, 2014; MACIEL, 2018a; KANT DE LIMA, 1997 e ZENOBI, 2010). Dessa forma, se em um ambiente familiar nós somos acionados e percebidos de diferentes formas, no mercado de trabalho fora da academia pode não ser diferente. (Oliveira, 2022)

Em suma, a atuação do antropólogo fora da academia é atravessada por ambiguidades. Ainda assim, há uma crescente movimentação de profissionais que procuram aplicar sua formação em espaços não acadêmicos, frequentemente enfrentando resistências internas e externas. Sprandel e Barreto (2018) ressaltam que antropólogos atuando em outras instituições muitas vezes levam consigo uma perspectiva crítica e reflexiva, contribuindo com a qualificação de políticas públicas e práticas organizacionais — embora, por vezes, essa atuação seja vista com desconfiança ou estranhamento. É possível observar isso, por exemplo, em diversas entrevistas com alguns interlocutores durante o trabalho de campo:

A Antropologia do Consumo chegou na minha vida quando fiz a pesquisa para um professor, porque eu falava e pensava, e fazia campo em lugares de consumo, mas, também acho que chegou muito forte quando teve essa empresa, que eu tive um Diretor que viu em mim, uma pessoa dedicada, que **ele fez uma pergunta “por que que meus clientes fazem gato?”**, e eu disse **“olha, eles não vão responder, porque essa é uma pesquisa que você não pode fazer a principal pergunta, porque quando vocês privatizaram o setor, fizeram um trabalho muito forte de colocar esse tema no campo do segredo, de ser crime, então as pessoas não vão falar e não adianta contratar a Fundação Getúlio Vargas, não adianta contratar economistas, é preciso fazer trabalho de campo”**, e expliquei para ele desde Malinowski, até alguns outros exemplos. (Entrevista com Hilaine)

Eu iniciei minha atuação como uma pesquisadora consultora, e trabalhei por vários anos em diversos projetos nessa condição. Mais recentemente eu ingressei numa posição fixa, como Analista de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e nessa área **eu oferto suporte em todas as etapas das investigações que são conduzidas, desde o planejamento metodológico, passando pela revisão de literatura, o desenvolvimento empírico, se necessário, e o acabamento textual.** (Entrevista com Juliane)

Eu também iniciei no como pesquisadora consultora realizando trabalhos na área de educação. Em 2012 eu fui contratada como celetista e passei a ocupar o cargo de Analista de Desenvolvimento Econômico, e desde então **eu venho trabalhando no fornecimento de dados estatísticos ligados à área social, econômica e, principalmente, industrial, para os diversos atores** (Entrevista com Michelli)

As minhas principais funções são a análise de projetos. **Tenho que fazer nota técnica, trabalhar com emendas parlamentares, acompanhar a execução dela nos ministérios, saber quando vai ser pago, apresentar os projetos, acompanhar os projetos dentro de plenário ou comissões, sendo votado ou não**, apresentar projetos para o parlamentar, para ele poder pleitear nas instâncias que o senador, no caso com quem eu trabalho, vai fazer. (Entrevista com Jô)

Trabalho, além de patrimônio cultural, com monitoramento e avaliação de projetos sociais, que foi outra dimensão que eu acabei me dedicando, também estudando sobre isso, fazendo cursos de elaboração, análise e gestão de projetos sociais. Hoje eu trabalho nessa empresa fixa e continuo com consultorias em patrimônio cultural de forma paralela. (Entrevista com Bianca)

A diversidade de papéis atribuídos a esses profissionais por seus interlocutores, e também as funções e atividades descritas até aqui, revelam não apenas a versatilidade da formação antropológica, mas também os limites simbólicos e institucionais que encontramos. Ainda assim, é possível observar que barreiras vem sendo rompidas, sejam por meio de relatos abordados até aqui, como também por uma série de dados indicados por Ribas (2021), Yung (2013) e nos relatórios da ABA (2018 e 2004) e reforçam a crescente atuação de cientistas sociais no mercado extra-acadêmico.

Considerações finais

A Antropologia no Brasil está em um processo de transição e expansão e isso é, sem dúvida, reflexo da sociedade que é um dos seus principais objetos de estudo. O campo de atuação profissional para antropólogos vai muito além da carreira acadêmica tradicional, abrangendo setores como empresas, ONGs, governo, tecnologia, comunicação e muitos outros. Essa ampliação é impulsionada pela aplicabilidade das habilidades antropológicas, como a capacidade de entender contextos sociais, interpretar significados e lidar com a diversidade humana, em um mundo que muda rapidamente.

É fundamental que antropólogos ocupem diferentes espaços, levando as lentes da Antropologia para dentro das instituições e contribuindo para a qualificação de projetos, políticas e produtos. Embora a formação acadêmica forneça uma base essencial, a atuação profissional em espaços extra-acadêmicos exige o desenvolvimento contínuo de novas habilidades, muitas vezes adquiridas na prática, e a capacidade de traduzir e disseminar insights antropológicos através de diversos formatos e dispositivos. O estudo, a experimentação e a construção de redes de contato são fundamentais para essa jornada.

Um outro ponto crucial, talvez um dos mais importantes neste debate sobre Antropologia e Mercado de Trabalho, é o próprio diálogo entre universidades e as oportunidades fora delas. Fleischer (2017) relata em seu artigo que, ao decidir dar um tempo da academia para atuar em uma ONG, seu orientador tentou convencê-la do

contrário com uma visão que reflete o que vivemos hoje: "Pense bem, não vale a pena se profanar no mercado de trabalho. Não pare no mestrado, siga diretamente para o doutorado, será melhor". Ela ouviu os conselhos, agradeceu, mas já estava decidida e empregada.

Acredito que, a partir da socialização, um dos pontos mais importantes seja dominar a essência e o principal produto do antropólogo: procurar entender o outro em seus próprios termos. Isso é fundamental para nos adequarmos a diferentes espaços e, assim, entendermos nosso próprio lugar. Estamos acostumados a aplicar isso no trabalho de campo tradicional, adaptando-nos à realidade nativa para melhor compreendê-la. Aqui, destaco o uso dessas técnicas e habilidades para entender como se preparar e articular de acordo com o espaço onde se deseja atuar. Assim como para os Azande os infortúnios são bruxaria, se para um escritório apresentar um relatório em vídeo é melhor do que em formato acadêmico, é isso que se deve fazer. O estudo contínuo é fundamental para qualquer trajetória profissional.

A ampliação da atuação profissional não deve ser vista como uma "profanação", mas como um caminho legítimo para a produção de Antropologia engajada e comprometida. Discutir e mapear o campo da Antropologia para além da academia é essencial para fortalecer a disciplina e garantir seu impacto positivo nas diversas esferas da sociedade contemporânea.

Referências

- ARAÚJO, Victor Hugo Luís Recaséns Ferreira Paiva. *O que fazer após formar?: a expectativa dos jovens recém-graduados em ciências sociais com treinamento oferecido no curso para o mercado de trabalho*. 2021. 56 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Sociologia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021.
- BARRETO, Victor Hugo de Souza. *Vamos fazer uma sacanagem gostosa? Uma etnografia da prostituição masculina carioca*. Niterói: EdUFF, 2017.
- BARTH, Fredrik. Etnicidade e o conceito de cultura. *Antropolítica*, Niterói, n. 19, p. 15-30, 2005.
- BERREMAN, Gerald. Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar (org.) *Desvendando Máscaras Sociais* (3a ed.). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.
- BONETTI, Alinne De Lima. A ONG e a antropóloga: Da experiência etnográfica à experiência profissional. *Revista Humanas*(Dossiê “Cidadania, democracia e políticas públicas), n. 26/27, 2004/2005, p. 159-78
- BONETTI, Alinne e FLEISCHER, Soraya (orgs.). 2007. *Entre saias justas e jogos de cintura*. Florianópolis: Editora Mulheres.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998. p. 183-191
- CASTILHO, Sérgio Ricardo Rodrigues et all. *Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Contra Capa. 2014
- CHAGAS, Gisele Fonseca. A(s) estrada(s) para Damasco: reflexões sobre as experiências de trabalho de campo em uma sociedade do Oriente Médio. In: *Revista Antropolítica*, n. 37, p. 403–423, Niterói, 2. sem. 2014.
- DAMATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter anthropological blues. Boletim do Museu Nacional: *Antropologia*, n. 27, maio de 1978. P.1-12.
- DAMATTA, Roberto. *Relativizando Rocco*. 2010
- DEBERT, G. G. Formação e ensino. In: TRAJANO FILHO, W.; RIBEIRO, G. L. (Org.). *O campo da antropologia no Brasil*. Brasília: ABA; Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004.

EVANS-PRITCHARD, Edward E. Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande. Rio de Janeiro: Zahar, 2005 [1937].

FLEISCHER, Soraya. Onde uma antropóloga pode trabalhar? Relato de uma disciplina de graduação sobre Antropologia e mercado de trabalho. *Áltera – Revista de Antropologia*, v. 1, n.4, p. 42-61, 2017.

FONSECA, Cláudia. “Antropólogos para quê? O campo de atuação profissional na virada do milênio”. In:TRAJANO FILHO, Wilson; RIBEIRO, Gustavo L. (Orgs.).*O campo da antropologia no Brasil*.Rio de Janeiro, Contracapa/ABA, 2004, p. 69-91.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC S.A., 1989.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*, tradução: Laís Teles Benoir, São Paulo: Centauro, 2004;

INGOLD, Tim. *Antropologia: para que serve?*. Petrópolis: Vozes, 2019.

KANT DE LIMA, Roberto. *Pescadores De Itaipu: Meio Ambiente, Conflito E Ritual No Litoral Do Estado Do Rio De Janeiro*, Niterói: EDUFF, 1997.

MAGNANI, José Guilherme. *De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. vol. 17.. 2002

MAIA, João Marcelo Machado dos Santos. *Currículo, experiência acadêmica e formação profissional: as empresas juniores dos cursos de ciências sociais sob as palavras de seus egressos*. 2023. 82 p. Monografia (Bacharelado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

MEDEIROS, Flávia. Adversidades e lugares de fala na produção do conhecimento etnográfico com policiais civis. *Cadernos de Campo* (São Paulo 1991), v. 26, n. 1, p. 327–347, 19 jun. 2018.

MORENO, Eva. Estupro em campo: reflexões de uma* sobrevivente. *Cadernos de Campo* (São Paulo 1991), v. 26, n. 1, p. 235–265, 19 jun. 2018.

MUNANGA, Kabengele. A antropologia brasileira diante da hegemonia ocidental e as possibilidades de aplicação da antropologia no mercado de trabalho. *Revista de Antropologia*, n. 56, v.1, 2013, p. 485-504.

NADER, L. Para cima, Antropólogos: perspectivas ganhas em estudar os de cima. *Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia*, n. 49, 11 ago. 2020.

OLIVEIRA, Hugo Virgílio de. *ANTROPOLOGIA E MERCADO DE TRABALHO: caminhos possíveis*. 2024. 84 p. Dissertação (Mestrado em Justiça e Segurança) - Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2024.

OLIVEIRA, Hugo Virgílio de. *UM ESTRANHO NO NINHO: Quando antropólogos vão a campo*. 2022. 61 p. Monografia (Bacharelado em Antropologia) - Departamento de Antropologia, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Pluralizando Tradições Etnográficas: sobre um certo mal-estar na antropologia. In: *Cadernos do LEME*. Vol. 1. no 1, p. 2-27. 2009.

OLIVEN, Ruben George. A reprodução da antropologia no Brasil. In: TRAJANO FILHO, Wilson; LINS RIBEIRO, Gustavo (Org.). *O campo da antropologia no Brasil*. Brasília: ABA; Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004. p. 213-226.

RIBAS, Pedro B.; *E SE NADA DER CERTO?* Uma análise sobre a trajetória de profissionalização em Ciências Sociais a partir das perspectivas dos estudantes da Universidade de Brasília (UnB), Brasília DF, 2021.

RIBEIRO, Florbela; COELHO, Karina; PATRIARCA, Letícia; BESSA, Paula. Adversidades no fazer antropológico. *Cadernos de Campo* (São Paulo 1991), v. 1, n. 26, p. 230-234, 2018.

ROCHA, Everardo. *O que é Etnocentrismo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

ROSA, M. C. . *Sociologias do Sul: ensaio bibliográfico sobre limites e perspectivas de um campo emergente*. Civitas (Porto Alegre) , v. 14, p. 43, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo; Editora Cortez. 2010. 637 páginas.

SEGATA, Jean; RIFIOTIS, Theophilos (orgs.). 2016. Políticas etnográficas no campo da cibercultura. Brasília, *ABA Publicações*; Joinville, Editora Letradágua. 208 pp

SIMIÃO, Daniel Schroeter; FELDMAN-BIANCO, Bela (orgs). *O campo da Antropologia no Brasil: retrospectiva, alcances e desafios*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia., 2018.

SIMIÃO, Daniel Schroeter . Introdução. In: SIMIAO, Daniel; FELDMAN-BIANCO, Bela. (Org.). *O campo da antropologia no Brasil: retrospectiva, alcances e desafios*. 1ed. Rio de Janeiro: ABA, 2018, v. 1, p. 9-28.

SPRANDEL, M. ; BARRETTO FILHO, HENYO TRINDADE . PROFISSIONAIS COM FORMAÇÃO EM ANTROPOLOGIA PARA QUÊ? UMA APRECIÇÃO DAS

TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS NO CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM ANTROPOLOGIA. In: Daniel Simião; Bela Feldman-Bianco. (Org.). *O campo da antropologia no Brasil: retrospectiva, alcances e desafios..* 1ed. Brasília, DF: Associação Brasileira de Antropologia, 2018, v. 1, p. 259-283.

TEIXEIRA, Carla Costa. EGRESSOS DOS MESTRADOS EM ANTROPOLOGIA NO BRASIL (2004-2012). In: Simião, Daniel S.; Feldman-Bianco, Bela. (Org.). *O campo da antropologia no Brasil: retrospectiva, alcances e desafios.* 1aed. Rio de Janeiro: ABA Publicações, 2018, v. 1, p. 205-229.

TEIXEIRA, C:C.; CASTILHO, S. IPEA - *Etnografia de uma Instituição*. Entre pessoas e documentos. Brasília: ABA Publicações/AFIPEA. 362 p.2020

TRAJANO FILHO, Wilson. & RIBEIRO, Gustavo Lins (orgs). *O campo da antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa, Associação Brasileira de Antropologia, 2004. 269 p.

TRAJANO FILHO, WILSON . Formação, Ensino e Reprodução nos Programas de Antropologia. In: Simião, Daniel Schroeter: Feldman Bianco, Bela. (Org.). *O Campo da Antropologia no Brasil: Retrospectiva, Alcances e Desafios.* 1ed. Brasília: ABA Publicações, 2018, v. 1, p. 169-204.

YUNG, Tauvana da Silva. *Peguei o diploma, e agora?* Desafios, dilemas e estratégias de inserção ocupacional de jovens recém-graduados em Ciências Sociais. 2013. viii, 107 f., il. Dissertação (Mestrado em Sociologia) —Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

ZENOBI, Diego. *O antropólogo como “espião”*: das acusações públicas à construção das perspectivas nativas. *Mana*, Rio de Janeiro, vol. 16, n. 2, p. 471–499, out. 2010.